

O presidente contra-ataca

O presidente Fernando Henrique Cardoso escolheu o momento oportuno para reagir ao movimento que, aproveitando-se da cordialidade e tolerância que são parte do seu temperamento, vem tentando desestabilizar o governo. Ao contrário do que recomendavam alguns de seus assessores, o presidente não convocou rede nacional de rádio e televisão, em horário nobre. Aproveitou, em vez disso, a solenidade de posse dos novos ministros dos Transportes e da Justiça para dizer o que pensa da baderna e dos escândalos que têm ocupado espaço na mídia, emperrando a execução das políticas do governo. Além disso, deu instruções expressas ao ministro da Justiça para que a ordem seja mantida. Assim, após semanas em que a opinião pública somente assistia a atos destinados a semear a desordem para desmoralizar governantes e instituições, o presidente Fernando Henrique Cardoso dá os primeiros passos para superar a crise de autoridade em que se deixou envolver.

A crise de autoridade, de fato, é o maior dos problemas do governo. Como assinalou o presidente em seu discurso na posse dos novos ministros dos Transportes e da Justiça, pelo lado econômico as coisas vão bem, com inflação controlada em patamares baixos e crescimento continuado pelo quinto ano consecuti-

vo. Pelo lado social, as coisas poderiam ir melhor, mas também é verdade que desde o início do Plano Real, como cita o presidente, 13 milhões de pessoas deixaram o nível de pobreza. O ajuste está sendo feito sem recessão e com liberdade política, numa conjugação rara de se encontrar.

O que tem perturbado esse cenário é a convergência da militância radical de movimentos sociais, como o MST, e dos escândalos de corrupção na área política, como o caso dos precatórios e, agora, o da venda dos votos pelos deputados pelo Acre. A crise chegou ao ponto em que está pelas razões que expusemos em nosso editorial de quarta-feira: a confusão entre a disposição democrática para o diálogo e a tolerância com a mazorca; entre a lhanura no trato e a promiscuidade com políticos indignos.

O presidente Fernando Henrique Cardoso proclama, alto e bom som, a sua reação a esse estado de coisas. "O limite da paciência e da tolerância é a democracia", disse ele, para arrematar: "Como democrata, tenho o dever de impedir que a desordem corrompa a liberdade." Na véspera, o governo já havia fixado a linha da tolerância, ao determinar que o sr.



João Pedro Stédile, líder do Movimento dos Sem-Terra, seja processado por incitação ao crime, por conta das declarações incendiárias que fez à imprensa. A política, portanto, foi traçada e a primeira ação foi delineada. O tempo dirá se o governo persistirá nessa linha de tolerância zero, a única compatível com o Estado de Direito, aquele no qual as leis são iguais para todos, sem exceção das condições sociais que exibam, mas também sem exceção das reivindicações sociais que façam. Em qualquer país democrático do mundo, a primeira exigência da maioria que elegeu um governo é o exercício sereno, mas rigoroso, da sua autoridade.

O presidente Fernando Henrique Cardoso também resolveu reiterar sua disposição de punir exemplarmente qualquer auxiliar direto que estiver comprovadamente envolvido no caso da venda de votos dos deputados acreanos. Mas recusa-se a punir inocentes apenas para aplacar a sanha dos adversários. Tem razão. Um presidente não sacrifica seus auxiliares acusados sem que lhe sejam apresentadas provas avassaladoras. Mas é hábito de bom-tom pessoal e prudência política que os auxi-

liares que se transformam em estorvo político — mesmo sendo inocentes — tomem a iniciativa da demissão, para poupar ao chefe e amigam o ônus da lavagem pública de roupa suja. Durante o governo Eisenhower, Sherman Adams, seu mais íntimo auxiliar e chefe da Casa Civil, demitiu-se por ter sido acusado de tráfico de influência, embora jurasse inocência até a morte. Nesses casos, a renúncia não equivale a uma confissão de culpa, mas a uma confissão de amizade e lealdade, feita por alguém capaz de colocar o bem comum acima de suas conveniências pessoais.

O presidente dá os primeiros passos para superar a crise de autoridade em que se envolveu

A mudança de atitude anunciada pelo presidente da República não pode ter como consequência o abandono do projeto de reformas políticas, econômicas e administrativas que constituem o programa de ação do governo. Ao contrário. O rigor com a ordem pública e a austeridade no trato com as lideranças parlamentares devem ser argumentos a mais para que o governo persista na aprovação das reformas, cuja necessidade para o País é cada vez mais premente.